

A política salarial deve mudar, afirma Simonsen

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defendeu ontem em São Paulo uma mudança na política salarial, por considerar que os atuais critérios de reajustes, com base no INPC mais produtividade, são incompatíveis com a meta de redução das taxas de inflação. "A atual política salarial é justa e válida, se o objetivo for manter uma inflação constante acima de 100%. Mas se o objetivo é diminuir a inflação, então é preferível deixar que os salários se reajustem dentro de um sistema de livre negociação", afirmou.

Após participar durante todo o dia de ontem de um seminário sobre "Brasil - 81: perspectivas econômicas", promovido no Hilton Hotel por uma empresa de consultoria e realizado a portas fechadas, o ex-ministro apresentava-se bem humorado e solícito à imprensa, que aguardava nos salões do hotel. Ele afirmou que apenas o salário mínimo deveria continuar sendo fixado pelo governo.

O presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, que também participou do seminário, manifestou-se, porém, contrário a qualquer mudança na política salarial, por considerá-la adequada à meta de distribuição de renda. Com a livre negociação, na atual conjuntura econômica, o trabalhador voltaria a ser penalizado, porque a oferta de emprego

não é compatível com a demanda, afirmou. São os demais segmentos da economia que se precisam ajustar à política salarial, disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, não quis opinar sobre política salarial e assinalou que somente após receber um estudo que a Fiesp está preparando é que terá condições de comentar a política salarial. Participantes do seminário informaram, porém, que nos debates o presidente da Fiesp defendeu a livre negociação dos salários.

EXTINÇÃO DO IOF

O ex-ministro do Planejamento defendeu também a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mesmo que para isso seja necessário criar outros mecanismos capazes de compensar a queda de arrecadação de recursos para o Tesouro. Simonsen lembrou que quando o IOF foi criado, no ano passado, os juros estavam tabelados e havia necessidade de encarecer os empréstimos internos, para estimular a procura de recursos no Exterior. Atualmente, como as taxas internas de juros estão livres, o IOF está contribuindo para tornar muito caro o custo do dinheiro.

Sobre a sugestão encaminhada re-

centemente pela Fiesp ao governo, propondo a pós-fixação da correção monetária, Simonsen disse que pessoalmente não concorda com uma pós-fixação em caráter compulsório, porque isso poderia provocar uma concentração de recursos em cadernetas de poupança, em prejuízo da indústria e do comércio. A pós-fixação — afirmou — só poderia ser adotada como livre opção, mesmo que para isso fossem criados alguns estímulos, como, por exemplo, a extinção do IOF para esse tipo de operação.

Simonsen comentou também a recente criação do crédito-prêmio para exportação e disse não acreditar que a medida seja revogada, em consequência de possíveis pressões externas. "O governo não tomaria uma decisão, para revogá-la poucos dias depois", afirmou. O ex-ministro considerou também sem fundamento as expectativas de uma nova maxidesvalorização do cruzeiro. À pergunta "o senhor faria uma nova maxi?", o ex-ministro respondeu: "Não faria nem fiz nenhuma".

Os participantes do seminário informaram que sobre perspectivas para este ano as discussões não trouxeram nenhuma novidade. Os debates, afirmaram, concentraram-se principalmente na necessidade de uma abertura econômica, para assegurar a abertura política.